

APROPRIAÇÃO DA ESCRITA ALFABÉTICA POR CRIANÇAS QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: EM CENA A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Susermany Ferreira Gomes¹

Aline Lima de Araújo²

Ana Letícia Rocha Silva³

Flávia Stephanie Feitosa Lima⁴

Adriana Leite Limaverde Gomes (orientadora)⁵

RESUMO

A apropriação da escrita alfabética por crianças com deficiência intelectual (DI) constitui um desafio na educação inclusiva, exigindo estratégias pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem e promovam a participação ativa desses estudantes. Nesse contexto, no presente artigo objetiva-se discutir o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA), por crianças com deficiência intelectual, enfatizando o papel da mediação pedagógica nesse processo. Para isso, iremos analisar a literatura sobre essa temática, refletindo sobre as contribuições teóricas quanto ao papel do professor. O estudo baseia-se em referenciais teóricos dos autores Ferreiro e Teberosky (1999), Vygotsky (1997), Luria (1986), Moraes (2005) e Figueiredo e Gomes (2007). A construção dos dados baseou-se na abordagem qualitativa por meio de um estudo bibliográfico de pesquisas dos autores da área em foco e da revisão bibliográfica realizada no âmbito do projeto PIBIC - UFC, intitulado: “A Mediação de professores do ciclo de alfabetização para apropriação do sistema de escrita alfabética de crianças que apresentam deficiência intelectual”, sob a coordenação da orientadora deste trabalho. Com base nesse levantamento bibliográfico, verificou-se que a mediação intencional e significativa contribui para apropriação do sistema de escrita alfabética de crianças com deficiência intelectual. Conclui-se que as estratégias de mediação significativas que favorecem a apropriação do sistema de escrita alfabética são imprescindíveis para inclusão escolar dessas crianças.

Palavras-chave: Escrita Alfabética, Deficiência Intelectual, Mediação Pedagógica.

INTRODUÇÃO

A iniciativa deste artigo surge durante o curso de mestrado da primeira autora e, paralelamente, a partir do ingresso das três coautoras e graduandas em Pedagogia no projeto PIBIC 2025. As reflexões apresentadas resultam de estudos realizados durante a acolhida das graduandas, coordenada pela professora Adriana Leite Limaverde Gomes, no âmbito da linha de pesquisa Linguagens e práticas educativas inclusivas do eixo Escola e Educação Inclusiva.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), susermanyferreiragomes@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal – CE, araujo.aline@alu.ufc.br;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal – CE, analeticia-rocha-silva74@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal – CE, stephaniefl@alu.ufc.br;

⁵ Professor Orientador: Doutora, Faculdade Educação da Universidade Federal CE, adrianalimaverde@ufc.br.

Nesse percurso, as autoras se dispuseram a aprofundar a análise dos trabalhos produzidos e próximos à temática do artigo nos últimos oito anos.

O levantamento realizado contemplou oito pesquisas vinculadas à referida linha de pesquisa, que transitam desde o uso do software "Luz do Saber" como recurso de apoio à alfabetização inicial de crianças com deficiência intelectual, até práticas de leitura mediada no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e investigações sobre práticas de escrita de professores dos anos iniciais com estudantes com deficiência intelectual. Atualmente, essa trajetória culmina no projeto em andamento intitulado "A mediação de professores do ciclo de alfabetização para apropriação do sistema de escrita alfabética de crianças que apresentam deficiência intelectual".

É, a partir desse projeto, que se desdobra a pesquisa de mestrado da primeira autora, intitulada "A prática pedagógica de professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza no contexto da inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual", dando continuidade e aprofundamento à linha de investigação aqui apresentada.

O objetivo deste trabalho é discutir o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA), por crianças com deficiência intelectual, enfatizando o papel da mediação pedagógica nesse processo. Para isso, desenvolveu-se um estudo bibliográfico de caráter qualitativo, baseado na análise desses oito trabalhos.

Dessa forma, ao situar o problema de pesquisa e explicitar sua relevância acadêmica e social, torna-se necessário apresentar os caminhos metodológicos que sustentam a investigação, descrevendo o percurso adotado para o desenvolvimento do estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de natureza bibliográfica, fundamentando-se na análise e sistematização de produções científicas que abordam a apropriação do sistema de escrita alfabética por crianças com deficiência intelectual, em diálogo com a mediação pedagógica. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de compreender os sentidos significados atribuídos às práticas pedagógicas, priorizando a interpretação em profundidade em vez da mensuração de dados.

O percurso metodológico envolveu o levantamento de leitura e de análise de oito trabalhos acadêmicos, orientando-se da teoria Histórico- Cultural, especialmente de Vygotsky, além dos estudos de Ferreiro e Teberosky sobre a psicogênese da língua escrita. Esse referencial

possibilitou compreender o papel da mediação docente como elemento central na promoção da aprendizagem e da inclusão.

Uma vez explicitados os procedimentos metodológicos que estruturam esta investigação, faz-se necessário evidenciar no próximo tópico os fundamentos teóricos que sustentam e ancoram nossa discussão.

APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A compreensão da apropriação da escrita alfabética, fundamentada em Ferreiro e Teberosky (1999) na obra *Psicogênese da Língua Escrita*, parte do reconhecimento de que a criança é capaz de refletir sobre a língua escrita e elaborar suas próprias hipóteses conceituais, seguindo uma lógica particular. Esse estudo provocou questionamentos à prática pedagógica e trouxe mudanças significativas na mediação alfabetizadora. Rompeu-se, assim, com os métodos tradicionais, de caráter transmissivo, em que o professor ocupava a posição central como o único detentor do saber. Assim, a atenção passou a se voltar para a criança como sujeito que também é protagonista de sua aprendizagem.

Dessa forma, o processo de alfabetização passou a ser compreendido como um trabalho complexo de elaboração e reelaboração conceitual, no qual a construção do conhecimento sobre a língua escrita se dá pela atividade do sujeito em interação com o objeto, a escrita. Nesse percurso, as autoras identificaram quatro principais fases de desenvolvimento da escrita: a pré-silábica, a silábica, a silábico-alfabética e a alfabética, que tornam evidentes os avanços da criança na compreensão das relações entre fala e escrita.

Sob essa perspectiva, apoiando-se nos estudos de Vygotsky (1997) e Luria (1986), a deficiência intelectual não deve ser compreendida como uma limitação absoluta, visto que todos os indivíduos possuem capacidade para aprender. Dessa forma, esses autores também ressaltam o papel mediador do professor, da cultura e do ambiente no desenvolvimento das funções mentais superiores. Tal concepção exige um ensino heterogêneo, voltado às individualidades de cada estudante e uma organização possibilitando o desenvolvimento potencial desse processo de aprendizagem da criança para concretizar o ensino.

Nesse contexto de heterogeneidade, Vygotsky (1998) introduz e reforça o trabalho acerca do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), entendida como a diferença entre o nível atual de desenvolvimento do indivíduo — aquilo que já domina — e o seu potencial de aprendizagem com a assistência de um mediador, que, no contexto escolar,

corresponde aos docentes. Entretanto, é fundamental que essa mediação seja realizada com intencionalidade e cuidado, respeitando as particularidades de cada criança e o ambiente de aprendizagem em que está inserida.

Alinhado a esse trabalho desenvolvido na ZDP, é válido retomar ao que Ferreiro e Teberosky (1999) trouxeram sobre as hipóteses de escrita das crianças durante esse processo. As autoras apresentam através de pesquisas que a criança constrói gradativamente diferentes níveis e suposições de escrita, caminhando da não compreensão entre a relação entre fala e a escrita alfabética. Nesse contexto, é essencial que o professor acompanhe o processo de construção do conhecimento desse sujeito para fazer uma mediação pedagógica.

Analizando tais aspectos, é indispensável salientar que as crianças com deficiência intelectual são sujeitos capazes de vivenciar um processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, desde que seja permeada por interações sociais e por uma mediação docente intencional e de qualidade. Nesse sentido, Moraes (2005) destaca a importância da articulação entre a dimensão técnica do SEA e o uso social da leitura e da escrita, assegurando um processo significativo à aprendizagem. Somado a esse aspecto e considerando as singularidades do processo da criança com deficiência intelectual, Gomes (2007) destaca a relevância de experiências escolares de qualidade, salientando que os limites biológicos não são determinantes no processo de aprendizagem desses sujeitos. Dessa forma, a apropriação da escrita alfabética se consolida como um processo possível, desde que sustentado por práticas pedagógicas inclusivas.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E A APROPRIAÇÃO DA ESCRITA ALFABÉTICA

A mediação pedagógica constitui elemento central na promoção da aprendizagem e na inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual. Alinhado à teoria histórico-cultural, Vygotsky (1997) destaca a relevância da atuação intencional na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) da criança, sendo o professor um dos principais mediadores desse processo de construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a atuação pedagógica não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a organização de experiências e de aprendizagem significativas, capazes de mobilizar o potencial de cada criança.

No que tange à apropriação do sistema de escrita alfabética, essa mediação passa a ter maior relevância, visto que, além dos aspectos técnicos (como a correspondência fonema-grafema), é essencial, segundo Moraes (2005), que a criança seja inserida em práticas sociais significativas de leitura e escrita. Nesse sentido, cabe ao professor buscar garantir esse elo entre

técnica e uso social, sendo necessária uma postura intencional e investigativa, capaz de identificar as hipóteses de escrita e propor intervenções ajustadas às necessidades de cada criança.

Além disso, Gomes (2007) salienta que a mediação não se resume apenas à atuação direta do professor no processo de aprendizagem, mas envolve, também, proporcionar um ambiente favorável, materiais pedagógicos adequados e promover interações sociais de qualidade. Diante disso, cabe a esse profissional organizar situações diversificadas de aprendizagem, nas quais as crianças possam experienciar diferentes práticas e atividades de leitura e escrita intencional e de qualidade. Dessa forma, considerando o que Gomes (2007) ressalta, essa prática é, também, ética e política, já que garante o direito à aprendizagem e à participação plena dessas crianças no processo de alfabetização.

Na revisão de literatura realizada, foram reunidas seis dissertações e duas teses relacionadas à temática em estudo. Cabe destacar que parte delas aborda anos escolares situados além do ciclo de alfabetização, mas todas se inserem no âmbito do Ensino Fundamental, importa salientar que tais estudos foram realizados em diferentes contextos de observação, contemplando tanto a práticas em sala de aula comum quanto experiências em salas de recursos multifuncionais, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Dissertações e Teses

Ano	Autor	Título	Tipo
2017	BARROS, Francisca Jamília Oliveira de	O desenvolvimento da escrita de sujeitos com deficiência intelectual por meio do software Scala Web	Dissertação
2018	RODRIGUES, Maria do Socorro Moraes Soares	A prática pedagógica de professoras do AEE no uso do software Luz do Saber	Dissertação
2019	CASTRO, Janaina Luiza Moreira de	O desenvolvimento da escrita de estudantes com deficiência intelectual: uma análise sobre o uso de recursos de comunicação aumentativa e/ou alternativa no AEE	Dissertação
2019	SILVA, Maria Simone da	Cognição e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual: evidências sobre o funcionamento cognitivo	Dissertação
2019	DANTAS, Lilianne Moreira	“É possível mudar?”: práticas pedagógicas de professores de sala de aula que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual	Tese

2020	RAMOS, Renata Carneiro	As práticas pedagógicas do professor do AEE, por meio do uso da CAA junto a crianças com deficiência intelectual	Dissertação
2021	COSTA, Francisca Mônica Silva da	Os sentidos atribuídos por professoras de 2º ano do ensino fundamental às práticas docentes de alfabetização de alunos com deficiência intelectual	Tese
2025	COSTA, Flaviana Bernardo	A mediação de professores sobre a escrita de estudantes com deficiência intelectual matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental	Dissertação

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Nesse sentido, a seguir, são analisadas as especificidades de cada pesquisa apresentada no quadro, destacando seus objetivos, contextos de realização e principais contribuições para a compreensão da escrita de estudantes com deficiência intelectual, através de uma discussão analítica.

Na dissertação de Barros (2017), é possível averiguar a utilização do software Scala Web para auxiliar os sujeitos com DI no desenvolvimento da língua escrita. A autora ainda afirma, a partir de pesquisas, que o desenvolvimento operatório das crianças com deficiência intelectual do ponto de vista estrutural segue as mesmas etapas e as mesmas sequências de desenvolvimento das crianças ditas normais. O que vai diferenciar uma da outra é o ritmo, podendo (as crianças com DI) não chegar ao das operações formais (Inhelder, 1963 *apud* Barros, 2017). Barros ainda confirma com estudos de Figueiredo e Rocha, 2003; Rocha, Alves e Neves, 2007; Figueiredo, 2004, 2012; Gomes, 2006, que a mediação tem um papel fundamental para a qualidade da produção escrita dos estudantes, havendo uma evolução na escrita em relação às habilidades metacognitivas.

Nesse aspecto, reafirma que o uso do software Scala Web e do computador de fato contribui com a melhoria da escrita dos estudantes, destacando a importância de que seu uso seja realizado com acompanhamento da mediação pedagógica humana.

No que tange ao estudo de Rodrigues (2018), é possível perceber os resultados do uso do software Luz do Saber em conjunto com a mediação pedagógica dos professores do AEE para a apropriação do SEA em crianças com DI. Assim, o presente trabalho consolida a importância que o meio, as relações e as mediações, podem contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem dos indivíduos, como afirma Vygotsky, (2010, p. 18 *apud* Rodrigues, 2018, p. 20) “signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas”.

No presente estudo, são trabalhadas as áreas de leitura e escrita, com as práticas pedagógicas e metodologias de ensino, bem como o atendimento educacional especializado. Nesse contexto, Rodrigues cita estudos que sugerem a utilização de estratégias diferenciadas para um caminho de sucesso na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual. Além disso, é indispensável o papel do professor do AEE para o desenvolvimento de métodos e estratégias de mediação para o aluno com DI e que as mediações significativas podem contribuir para a aprendizagem dos alunos na leitura e na escrita.

No que concerne à pesquisa de Castro (2019), foi analisada quais são as contribuições da Comunicação Aumentativa e /ou Alternativa (CAA) para a aprendizagem da língua escrita de alunos com DI no contexto do AEE. Nesse sentido, a autora apresenta o dever da escola como um espaço inclusivo que assegure os direitos e os deveres dos estudantes com deficiência na sua aprendizagem e formação.

Defende que para a evolução cognitiva ser efetiva nos alunos, é preciso que ocorra a função comunicativa da linguagem. Nessa perspectiva, o recurso da CAA, contribui para aprendizagem dos alunos com DI, em conjunto ao professor do AEE

De igual importância, o estudo de Silva (2019) busca analisar quais são as funções cognitivas dos alunos com deficiência intelectual e as mediações pedagógicas que podem contribuir como uma base no processo de elaboração em sala de aula comum em atividades didático-pedagógicas de linguagem escrita. Esse estudo é ancorado na literatura de Feuerstein (2012; 2016) para os conceitos sobre as funções cognitivas, na compreensão das fragilidades e o papel da escola para a aprendizagem desses alunos.

Nos estudos é apresentado que a Experiência da Aprendizagem Mediada, aumenta o volume de participação dos estudantes nas salas de aula e nas atividades escolares, além de melhora na autoestima dos alunos com DI, quando conseguem fazer participações e vivenciar experiências pedagógicas semelhantes às do restante de toda turma.

Podemos assim, compreender que as funções cognitivas desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento no processo psicogenético de escrita e leitura, demonstrando haver uma relação entre os estudantes com menos fragilidades cognitivas e melhores níveis de alfabetização, e vice-versa. Dentro desse processo há a mediação pedagógica como uma excelente aliada para a melhoria dos estudantes nos funcionamentos cognitivos e consequentemente na evolução dos processos de alfabetização.

Dantas (2019), analisa as práticas pedagógicas de alfabetização na sala de aula regular com crianças que apresentam DI. Inicia a discussão apresentado a ideia de que fragilidades na formação docentes, podem influenciar de forma negativa as práticas pedagógicas em relação

aos estudantes com DI, entretanto, o professor ainda pode ter um posicionamento positivo ao demonstrar interesse em diferenciar suas práticas em sala de aula, favorecendo a participação e aprendizagem dos seus estudantes.

Além disso, revela que ao se direcionar a uma instituição de ensino, se depara com a realidade da sala de aula regular, como as limitações nas práticas pedagógicas, principalmente se tratando da aprendizagem dos estudantes com deficiência. Observou que havia professores que se dedicavam para desenvolver práticas pedagógicas que favorecessem a aprendizagem dos estudantes com DI, ao mesmo tempo que havia professores que não buscavam integrar os alunos nas atividades em sala.

Nesse aspecto, se verifica que não basta que existam alunos com DI em escolas comuns para que se tenha inclusão, é necessário que eles sejam vistos e acompanhados. O processo de alfabetização dos estudantes e o comportamento das professoras estão diretamente ligadas a suas concepções e ao desenvolvimento dos alunos com DI. Segundo a autora, é preciso que as professoras invistam em um Planejamento Educacional Individualizado (PEI), para compreender melhor as dificuldades e as potencialidades dos estudantes. Também é necessário que ocorra uma colaboração entre as professoras da sala de aula regular e as professoras das salas de recursos multifuncionais.

O estudo de Ramos (2020), complementa sobre as práticas pedagógicas dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através do uso da Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA) com os alunos que possuem deficiência intelectual (DI) nas salas de recursos multifuncionais em escolas. Levanta-se o debate sobre a falta de preparo na formação inicial dos professores em relação à realidade da sala de aula e aos desafios encontrados, contribuindo com a ideia de que o professor deva aprender a lidar com os desafios da sala e se reconstrua nessas experiências.

Nesse contexto, é importante que o professor trabalhe com práticas pedagógicas que atendam a todas as crianças, compreendendo a diversidade da sala de aula e encarando essa realidade como um desafio a ser superado. Dessa forma, esses profissionais conseguirão perceber e trabalhar com as potencialidades desses alunos. Assim, os estudos comprovam que as percepções das professoras são essenciais para definir suas práticas pedagógicas e os tipos de mediações para os estudantes com DI.

No trabalho de Costa (2021) se analisou as práticas de cinco professoras do 2º ano de uma escola da rede municipal de Fortaleza. Para introduzir o assunto, a autora expõe que a escola ainda se encontra com dificuldades para lidar com as diversidades dos estudantes, mantendo-se em uma perspectiva de homogeneizar os seus aprendizes. Contudo, segundo a

visão de Costa (2021, p. 18) “o que se espera da escola é o reconhecimento e a valorização dessas diferenças, visto que são conceitos que implicam no desenvolvimento de práticas fundamentais para a efetiva inclusão escolar. A autora assegura que é imprescindível dentro de uma escola inclusiva, que os professores e agentes escolares tenham concepções e práticas que valorizem as potencialidades de cada aluno e que garantam a construção dos seus conhecimentos.

Do mesmo modo, a pesquisa de Costa (2025) analisou a prática mediadora de professores dos anos iniciais do ensino fundamental quanto ao SEA por estudantes com DI, a partir das concepções das professoras sobre o sistema de escrita alfabética, caracterizando os tipos de mediações utilizadas por essas professoras nesse processo de apropriação do SEA e a relação entre essas concepções das professoras com as estratégias de mediação nesse processo.

Das percepções das professoras sobre a apropriação do sistema de escrita alfabética, temos a concepção inclusiva, excludente, e a restritiva. A partir dessas concepções, as professoras utilizam três modelos de práticas pedagógicas: tradicionais segregadoras, em movimento/alternância e a transformadora inclusiva. O que se averiguou é que tanto as percepções como as práticas das professoras não eram constantes nessas definições, mas que variavam bastante nas mediações com os estudantes. Por fim, entre as mediações utilizadas pelas professoras, cinco foram consideradas mais pertinentes para melhorar o desempenho e a motivação dos estudantes com DI, para o processo de aquisição do SEA.

Diante do exposto, observa-se que a apropriação do sistema de escrita alfabética por crianças com deficiência intelectual está intimamente relacionada à qualidade das mediações pedagógicas e às oportunidades de interação social que lhes são oferecidas. A literatura evidencia que, quando a prática docente é intencional, investigativa e centrada nas potencialidades do aluno, o processo de alfabetização se torna possível e significativo. Nesse sentido, as pesquisas reunidas servem de base para a análise que se segue, em que são discutidos os resultados obtidos a partir dos estudos revisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se a partir da análise dos autores das dissertações e teses, que a mediação pedagógica constitui o eixo central no processo de apropriação da escrita alfabética por crianças com deficiência intelectual. Nos estudos que envolveram o uso de tecnologias digitais e da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), observou-se que tais recursos, por si só, não garantiram avanços significativos na aprendizagem, mas quando articulados a intervenções

docentes intencionais e ajustadas às hipóteses de escrita dos estudantes, tornaram-se instrumentos promissores (BARROS, 2017; RODRIGUES, 2018; CASTRO, 2019; RAMOS, 2020).

De modo semelhante, pesquisas realizadas em salas comuns (DANTAS, 2019; COSTA, 2021; COSTA, 2025) confirmaram que o discurso inclusivo ainda convive com práticas homogeneizadoras e tradicionais, centradas em cópias e atividades repetitivas, revelando contradições entre concepções e práticas. Esses resultados dialogam com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1997), ao evidenciarem que os avanços ocorrem principalmente quando as crianças são apoiadas em sua Zona de Desenvolvimento Proximal, a partir de mediações que consideram suas singularidades. Além disso, corroboram a psicogênese da língua escrita de Ferreiro e Teberosky (1999), ao demonstrarem que crianças com deficiência intelectual percorrem as mesmas hipóteses de escrita que seus pares sem deficiência, ainda que em ritmo diferenciado. Nesse sentido, o conjunto das pesquisas analisadas aponta para a necessidade de práticas pedagógicas planejadas, diversificadas e socialmente significativas, reafirmando que a alfabetização inclusiva só se efetiva mediante a valorização das potencialidades de cada aprendiz. Esses achados, analisados à luz das teorias de Ferreiro, Teberosky e Vygotsky, fundamentam as reflexões apresentadas nas considerações finais a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a revisão realizada evidencia que a mediação pedagógica intencional e qualificada constitui o eixo estruturante para a apropriação da escrita alfabética por crianças com deficiência intelectual. Os estudos analisados convergem ao indicar que tecnologias e recursos de Comunicação Alternativa e Acessibilidade (CAA) potencializam aprendizagens apenas quando articulados à mediação pedagógica que reconhecem as hipóteses de escrita e a heterogeneidade das turmas. À luz da Teoria Histórico-Cultural, os resultados confirmam que os avanços ocorrem, sobretudo, quando o ensino opera na Zona de Desenvolvimento Proximal, conectando dimensões técnicas do SEA a práticas sociais significativas de leitura e escrita.

Reconhecemos, contudo, limites inerentes a estudos concentrados em contextos e recortes temporais específicos, além da predominância de investigações com amostras reduzidas. Ainda assim, o conjunto das evidências sustenta o argumento central deste artigo: a alfabetização da criança com deficiência intelectual é possível e depende de mediações planejadas, diversificadas e contínuas, capazes de valorizar as potencialidades dos sujeitos e reduzir barreiras pedagógicas. Recomenda-se, por fim, ampliar pesquisas empíricas em sala

comum, com acompanhamento longitudinal e foco no planejamento mediado em colaboração com o atendimento educacional especializado.

REFERÊNCIAS

BARROS, F. J. O. **O desenvolvimento da escrita de sujeitos com deficiência intelectual por meio do software Scala Web**. 2017. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

CASTRO, J. L. M. **O desenvolvimento da escrita de estudantes com deficiência intelectual: uma análise sobre o uso de recursos de comunicação aumentativa e/ou alternativa no AEE**. 2019. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

COSTA, F. M. S. **Os sentidos atribuídos por professoras de 2º ano do ensino fundamental às práticas docentes de alfabetização de alunos com deficiência intelectual**. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

COSTA, F. B. **A mediação de professores sobre a escrita de estudantes com deficiência intelectual matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2025. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

DANTAS, L. M. **“É possível mudar?”: práticas pedagógicas de professores de sala de aula que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FEUERSTEIN, R. **A teoria da modificabilidade cognitiva estrutural**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

FEUERSTEIN, R.; FEUERSTEIN, R.; FALIK, L. H. **Beyond smarter: mediated learning and the brain's capacity for change**. New York: Teachers College Press, 2016.

FIGUEIREDO, R. V. **El aprendizaje de la lengua escrita em sujetos com deficiencia mental**. In: IV CONGRESO INTERNACIONAL SOBRE ADQUISICIÓN DE LAS LENGUAS DEL ESTADO, Salamanca. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2004.

FIGUEIREDO, R. V.; ROCHA, I. L. **A manifestação de habilidades metacognitivas em sujeitos com deficiência mental**. *Anais do Encontro de Pesquisa do Norte e Nordeste – Educação, Pesquisa e Diversidade Regional*. Aracaju, 2003.

FIGUEIREDO, R. V. **Deficiência intelectual: cognição e leitura**. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

GOMES, A. L. L. **“Como subir nas tranças que a bruxa cortou?”: produção textual de alunos com Síndrome de Down.** 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GOMES, A. L. L.; FERNANDES, A. C.; BATISTA, C. A. M.; SALUSTIANO, D. A.; MANTOAN, M. T. E.; FIGUEIREDO, R. V. **Deficiência mental.** Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Secretaria de Educação a Distância, 2007. (Formação continuada a distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado).

INHELDER, B. **Le diagnostic du raisonnement chez les débiles mentaux.** Neuchâtel/Paris: Delachaux et Niestlé, 1943. (Actualités pédagogiques et psychologiques). 2ème éd., 1963. Préface de Jean Piaget.

LURIA, Alexander Romanovich. **A linguagem e o desenvolvimento dos processos mentais na criança.** 2. ed. São Paulo: Ícone, 1986.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (orgs.). **Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 168 p. ISBN 85-7526-153-3.

RAMOS, R. C. **As práticas pedagógicas do professor do AEE, por meio do uso da CAA junto a crianças com deficiência intelectual.** 2020. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

ROCHA, S. R. M.; ALVES, J. G.; NEVES, H. S. F. **Indivíduos com deficiência e mediação em leitura: reconstruindo identidades.** *Revista Educação Especial (UFSM)*, v. 29, p. 45–56, 2007.

RODRIGUES, M. S. M. S. **A prática pedagógica de professoras do AEE no uso do software Luz do Saber.** 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SILVA, M. S. **Cognição e aprendizagem de crianças com deficiência intelectual: evidências sobre o funcionamento cognitivo.** 2019. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos de defectologia.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.